

Globethics Repository



Feyerabend e a caricatura da ciência [Feyerabend and caricature of science]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Junges, Márcia
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-14 20:12:56
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/158428

Feyerabend e a caricatura da ciência

O filósofo Alberto Cupani reflete sobre a Filosofia da Ciência e da Tecnologia, alertando que o deslumbre dos defensores de *Contra o método* pode ser tão acrítico quanto o dos admiradores cegos da Ciência

POR MÁRCIA JUNGES E ANDRIOLLI COSTA

Já em 1970, Paul Feyerabend propunha que a ciência deveria estar sujeita a um controle democrático. “Em uma sociedade democrática, idealmente tudo quanto é decidido e atinge todos os cidadãos deveria ser acordado coletivamente. Isso inclui a ciência, cujas consequências acabam afetando todo mundo”, esclarece o filósofo Alberto Cupani. Para Feyerabend, este controle deveria versar sobre as suposições e conclusões científicas, mas também sobre a supervisão do desenvolvimento científico.

“O leigo não pode opinar, obviamente, sobre a relevância maior ou menor de uma questão dentro do âmbito de uma disciplina científica, porém pode reivindicar que certas pesquisas sejam preferidas e outras proscritas”, destaca em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Assim, estudos sobre doenças endêmicas, a redução de gases tóxicos ou o aperfeiçoamento de métodos eficazes de ensino-aprendizagem poderiam ganhar mais espaço do que melhoramentos armamentistas. “Um público instruído, acostumado à prática democrática, teria como resultado uma ciência mais bem selecionada”, propõe.

Cupani se coloca como um questionador do pensamento científico acrítico e reconhece no autor de *Contra o Método* o importante papel de problematizar e caricaturizar as idiossincrasias da lógica cientificista ocidental – que, estabelecida como forma definitiva de acesso ao Real, exclui os demais saberes não científicos como “defeituosos e menos confiáveis”. No entanto, ele alerta que os entusiastas das ideias de Feyerabend,

muitas vezes, eram pessoas “sem formação científica”, às quais o estilo provocativo do autor “levo a uma adesão tão acrítica quanto a dos admiradores da ciência”.

Alberto Cupani nasceu em Córdoba, Argentina, em cuja Universidade Nacional doutorou-se em Filosofia em 1974. Foi professor de várias universidades argentinas, tendo se radicado no Brasil em 1978. Trabalhou na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC até se aposentar como professor titular em 2013, continuando desde então como professor voluntário da mesma instituição. Foi pesquisador do CNPq durante vinte anos. Sua área de pesquisa e docência é a Filosofia da Ciência e da Tecnologia, em particular temas como a racionalidade e objetividade da ciência, a relação da ciência com valores, a peculiaridade do conhecimento tecnológico e a tecnociência. Publicou quatro livros e numerosos artigos em revistas filosóficas especializadas. É autor de *Filosofia da Tecnologia: Um Convite* (Florianópolis: EdUFSC, 2011), *Filosofia da Ciência II* (Florianópolis: EdUFSC, 2010), *A Crítica do Positivismo e O Futuro da Filosofia* (Florianópolis: EdUFSC, 1985).

O professor apresenta a conferência *A realidade complexa da tecnologia* no dia 22-10-2014, às 14h, na Sala 1F 101 da Unisinos. O evento integra a programação do *XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A partir da perspectiva da Filosofia da Ciência, como podemos compreender a realidade complexa da tecnologia em nosso tempo?

Alberto Cupani – A rigor, essa realidade pode ser compreendida a partir da Filosofia da Tecnologia, em

vez da Filosofia da Ciência, porque a tecnologia constitui uma realidade específica e não se reduz, em particular, à ciência aplicada. Mais amplamente, a tecnologia deve ser compreendida a partir da Filosofia em seu conjunto, pois implica questões filosóficas di-

versas: ontológicas, epistemológicas, éticas, etc. Em todo caso, a reflexão filosófica não pode aspirar a compreender a tecnologia operando isoladamente: ela deve dialogar com outras disciplinas, como a História da Tecnologia e a Sociologia da Tecnologia.

IHU On-Line – Tomando em consideração esse contexto, em que medida a racionalidade e a objetividade da ciência são consideradas como valores inquestionáveis por grande parte de nossa sociedade?

Alberto Cupani – Não sei a que se refere a expressão “nesse contexto”. Suponho que queira dizer: no que tange a compreender filosoficamente a tecnologia. Nesse caso, acredito que, com efeito, a racionalidade e a objetividade são atribuídas tradicionalmente à ciência na sociedade ocidental pela maioria das pessoas escolarizadas. Por “racionalidade” entende-se que a ciência é uma atividade desenvolvida exclusiva ou principalmente mediante o raciocínio coerente, lógico, e não mediante fantasias, especulações sem controle ou atitudes emotivas. “Racionalidade” da ciência significa também que agir com base no conhecimento científico é a forma de conduta mais racional de que dispomos. Por sua vez, “objetividade” denota a suposição de que os pesquisadores explicam os fenômenos do mundo de uma maneira rigorosa, isenta de preconceitos, produzindo um conhecimento válido para todo aquele com a devida competência. Por contraposição com essa imagem da ciência, os saberes não científicos (conhecimento ordinário, filosofia, crenças religiosas) parecem defeituosos e menos confiáveis.

À luz da reflexão e da análise filosófica, no entanto, nem a racionalidade nem a objetividade da ciência obedecem a esse estereótipo. Os cientistas produzem hipóteses e teorias que, embora razoáveis, não excluem especulações e intuições, e seu teste é menos simples do que se supõe, suscitando debates e gerando consensos sempre falíveis. Na condução das nossas vidas, individuais e coletivas, seria temerário (e conforme os casos, ridículo) querer guiar todas as nossas decisões pela informação científica, a pretexto de sermos racionais. Questões existenciais, éticas, políticas, não se resolvem enfocando-as “cientificamente”, por mais que amiúde exijam conhecimentos científicos. E no que diz respeito à objetividade, embora o rigor (em particular, metodológico) e a isenção sejam requisitos necessários para se obter conhecimentos confiáveis, sua prática é bem mais difícil do que o leigo imagina.

Cabe acrescentar que não tão impossível, no que tange à isenção, quanto os críticos da ciência alegam. Em todo caso, a objetividade (de atitudes e conhecimentos) é relativa a contextos e se alcança apenas em certo grau.

IHU On-Line – Qual é a pertinência da crítica ao racionalismo, como aquela feita por Feyerabend¹, num tempo em que a tecnociência adquiriu proporções que fogem ao controle humano?

Alberto Cupani – Feyerabend foi um pioneiro na crítica da ciência institucionalizada e acriticamente louvada e endossada. Também, da Filosofia da Ciência submissa a clichês (como o da “racionalidade” da ciência) e desvinculada de um melhor conhecimento da ciência efetiva. Em seu momento, essa crítica pareceu descabida a muitos filósofos e cientistas (particularmente, sua insistência no caráter ilusório da metodologia científica universal, e sua desconfiança com relação à existência de fatos científicos objetivos), chegando-se a vê-la como uma caricatura da ciência. Ao mesmo tempo, suscitou grande entusiasmo e adesão nos pensadores e grupos sociais que questionavam a sociedade industrial de base científica, por “desmitificar” essa base.

Nas décadas seguintes, porém, a pesquisa histórica e sociológica da ciência, bem como a reflexão filosófica a ela vinculada, mostraram que a alegada caricatura exagerava – como toda caricatura – traços efetivos da ciência que precisavam ser reconhecidos, ou mais bem entendidos. Cabe

¹ Paul Karl Feyerabend (1924-1994): foi um filósofo da ciência austríaco que viveu em diversos países como Reino Unido, Estados Unidos, Nova Zelândia, Itália e Suíça. Seus maiores trabalhos são *Against Method* (publicado em 1975), *Science in a Free Society* (publicado em 1978) e *Farewell to Reason* (uma coleção de artigos publicados em 1987). Feyerabend tornou-se famoso pela sua visão pouco canônica da ciência e por sua suposta rejeição da existência de regras metodológicas universais. É uma figura influente na filosofia da ciência e também na sociologia do conhecimento científico. A edição 204 dos *Cadernos IHU ideias* publica o texto *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend*, de autoria de Miguel Ângelo Flach, disponível em <http://bit.ly/1tr9sXr>. Leia também Ciência para a felicidade humana, entrevista com Anna Carolina Krebs Pereira Regner, publicada na edição 403 da IHU On-Line, disponível em <http://bit.ly/1CKjSrx>. (Nota da IHU On-Line)

acrescentar, contudo, que os entusiasmas das ideias de Feyerabend foram amiúde pessoas sem formação científica, às quais o estilo provocativo de um autor que parecia conhecer a ciência de dentro levou a uma adesão tão acrítica quanto a dos admiradores da ciência. Também nesse sentido temos hoje uma compreensão mais lúcida da atividade científica e do conhecimento por ela produzido.

IHU On-Line – Por que, para Feyerabend, a ciência também deve estar submetida ao controle democrático? Qual é a atualidade desse “conselho” numa época em que há um imperativo da ciência como mais alta instância da racionalidade?

Alberto Cupani – Esse conselho é tão atual hoje como na década de 1970, e tão difícil de implementar hoje quanto naquela época. Em uma sociedade democrática, idealmente tudo quanto é decidido e atinge todos os cidadãos deveria ser acordado coletivamente. Isso inclui a ciência, cujas consequências acabam afetando todo mundo. A ciência vale hoje, nos países industrializados e para as elites dos menos desenvolvidos, como “mais alta instância da racionalidade”, segundo reza a pergunta. Isso explica que os cientistas sejam convidados, convocados ou contratados, conforme os casos, como assessores de governos, empresas e grupos de pressão, a fim de darem sua opinião autorizada sobre questões de impacto público, desde a produção de um remédio à maneira de combater os tsunamis. E explica também a sedução da tecnocracia, vale dizer, o governo dos peritos. Mas a opinião pública deveria ser ouvida, reciprocamente, no que tange ao financiamento dos projetos e planos de pesquisa científica. O leigo não pode opinar, obviamente, sobre a relevância maior ou menor de uma questão dentro do âmbito de uma disciplina científica (âmbito esse mais esotérico hoje que no passado), porém pode reivindicar que certas pesquisas sejam preferidas (por exemplo, o combate de doenças endêmicas, a redução de gases tóxicos ou o aperfeiçoamento de métodos eficazes de ensino-aprendizagem) e outras, proscrias (como o infundável “melhoramento” de formas de matar ou dominar). Certamente, seria lamentável que essa intervenção do

público proscrevesse pesquisas sofisticadas, de aplicação pouco concebível (um Einstein poderia ser barrado). Mas aqui cabe lembrar que, dentro e fora da ciência, as decisões acertadas exigem sempre uma combinação de informação confiável e critério de quem decide. Os próprios cientistas não optam pela aceitação de uma teoria de maneira mecânica, mas ponderada, e quando solicitados a dar seu parecer sobre uma questão prática, não raramente os pesquisadores divergem quanto ao diagnóstico e ao prognóstico, deixando para o político ou empresário a responsabilidade de decidir. Um público instruído, acostumado à prática democrática, teria como resultado uma ciência mais bem selecionada. Estou falando, é claro, de um cenário ideal, mas a Filosofia é para isso mesmo. Tais cenários propõem um critério com que julgar a realidade e um objetivo a ser alcançado.

IHU On-Line – Quais são os principais impactos da tecnologia na ética?

Alberto Cupani – Os impactos da tecnologia na ética são inúmeros e sempre novos, conforme uma realidade (a da tecnologia) que se recria de modo permanente. Evidentemente, não existe um único código de ética universalmente aceito, e por isso, o que constitui um problema ético (estou usando “ético” e “moral” como sinônimos, embora não o sejam, para simplificar a argumentação) para algumas pessoas (por exemplo, o uso das pílulas anticoncepcionais, ou a fertilização in vitro), não necessariamente constitui um problema ético para outras. Mas certos princípios hoje felizmente consensuais, como o respeito pelos seres humanos, independente de classe social, gênero, nacionalidade, etc. tornam eticamente problemáticas a maioria das tecnologias, sem contar as diretamente agressivas para a humanidade, como as armas. Isso porque nenhuma inovação tecnológica (medicamento, veículo, sistema de comunicação) está isenta de riscos, que constituem um problema ético tanto para os inventores e aplicadores quanto para os usuários (respeito pela saúde, pela segurança, pela privacidade).

A tecnologia criou também problemas éticos relativos aos seres não humanos: os animais e o ambiente. As práticas de criação industrial de ani-

mais para consumo humano, que impossibilitam a vida normal das pobres bestas, despertam indignação ética. E o ambiente ameaçado ou destruído pela exploração tecnológica é defendido por muitos como tendo um valor ético em si mesmo. Acredito que a responsabilidade, incluindo a responsabilidade para com as gerações futuras, é um dos principais problemas éticos gerados pela tecnologia. Por outra parte, a tecnologia que possa ser considerada benéfica (medicina, transporte confortável, recursos de informática) não está ao alcance de todos os seres humanos (ou não o está na mesma medida, ou com os mesmos resultados). A justiça é por isso outro dos problemas éticos implicados pela tecnologia. Além do mais, visto que diversas ações e artefatos tecnológicos podem escapar ao controle humano (organismos geneticamente modificados, informações), isso coloca o problema ético da licitude de obedecer ao “imperativo tecnológico” (o que pode ser feito, acabará sendo feito). Nem por último, a tecnologia amplia de maneira descomunal nossas capacidades de ação, produção, pensamento e experiência, colocando em questão o que signifique ser “humano”. A velha questão ética de viver dignamente – viver como ser humano – é implicitamente reformulada pelo desenvolvimento tecnológico.

IHU On-Line – Como essa racionalidade permeada pela técnica se imbrica na subjetividade das pessoas?

Alberto Cupani – Imagino que a pergunta se refira ao modo em que a modificação da vida humana produzida pela transformação tecnológica da sociedade afeta a maneira de pensar, as atitudes e as vivências das pessoas. Creio que não resta dúvida de que essa modificação tem consequências subjetivas profundas. Basta reparar no vocabulário que se torna cada vez mais usual: as pessoas “programam-se” para agir, “acessando”, para tanto, “informações” de sua memória. Ou seja: passam a considerar seu próprio ser como um artefato, que será “consertado” (cirurgia, remédios, próteses) quando falhar ou envelhecer (a velhice, aliás, entendida meramente como desgaste). Ao mesmo tempo, preferem flores plásticas, “iguais às naturais” (num futuro próximo, talvez até no

perfume), por elas durarem indefinidamente, sem precisar de cuidados, usam e abusam de carros e elevadores, como se já não tivessem pernas, e escrevem digitando num teclado, ou tocando uma tela em vez de desenhar as palavras com lápis ou caneta. (Uma pesquisa recente sugere que a inteligência empregada em ambos os casos é diferente.) Comunicam-se constantemente pelo celular e às vezes pouco falam com aqueles com que convivem. Se não gostam da sua aparência, ou não se identificam com seu gênero, não faltam recursos tecnológicos para modificá-los. O cinema, os jogos interativos e os dispositivos que produzem uma “realidade virtual” fazem com que vivam em outro mundo.

Sou consciente de que falo disso tudo como se eu não tivesse nada a ver com essa mudança: não é assim, certamente, pois todos somos obrigados, em alguma medida, a ceder à pressão da sociedade tecnológica. Por outra parte, não quero significar que todas essas transformações sejam negativas (ou apenas negativas): a tecnologia muda para melhor a vida de muitos seres humanos, em termos de saúde, transporte, segurança e realização de sonhos.

IHU On-Line – Em que medida a Filosofia da Tecnologia tem oferecido subsídios para o debate acerca do lugar do homem e da técnica?

Alberto Cupani – “O debate acerca do lugar do homem e da técnica” suponho que signifique o papel ou a função da técnica na vida humana. A Filosofia da Tecnologia, ao esclarecer a diferença entre a técnica (tão antiga quanto a humanidade e comum ao homem e a certos animais) e a tecnologia, que supõe a utilização da ciência, ajuda certamente a entender a condição humana. Até onde sabemos, o homem é a única espécie que produz pensamentos abstratos, sem os quais a tecnologia, enquanto aperfeiçoamento sistemático da técnica pela razão teórica, não seria possível. A existência da tecnologia permite entender melhor a humanidade, particularmente a singular combinação do “homo sapiens” com o “homo faber”, tanto nas suas fantásticas possibilidades de transcender o “meramente natural” (seja lá o que isso signifique), quanto no terrível poder que a espécie humana assim adquire.